



## A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE E A TRANSFORMAÇÃO DA INTIMIDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO DO TRABALHO

Jacqueline Barry Queirolo Rosa\*

Patrícia Guarinello de Araújo Moreira\*

Valéria Paschoal da Silva\*

Lydia Akemy Onesti\*\*

### RESUMO

A compreensão do processo através do qual a participação pessoal e em atividades de cunho público se dá na sociedade civil pode contribuir para o resgate do envolvimento das pessoas com os problemas que afligem a coletividade. A presente pesquisa visa buscar elementos que possam identificar e compreender as razões sobre a falta de participação e ocupação do espaço social pelos professores na sociedade civil e, em especial, junto ao seu sindicato. Outro objetivo é detectar os mecanismos que conduzem ao individualismo excessivo e um retraimento em si, reduzindo sentimentos de solidariedade e sensibilidade sobre as necessidades do outro. Para tanto, participaram 45 professores de escolas particulares de 1º. a 3º. graus da cidade de Londrina-Pr. A etapa de coleta de dados foi realizada através de entrevista individual semi-estruturada, sendo desenvolvida em local de preferência dos entrevistados. A análise qualitativa dos dados indicou que há uma invasão da esfera privada pelo trabalho; que o tempo livre é demarcado pelo tempo de trabalho; uma redução da qualidade de vida e busca da intimidade como refúgio das pressões e das inseguranças geradas pela esfera pública. Outro dado relevante refere-se à falta de interesse em estabelecer contatos e novas relações com seus colegas profissionais, uma vez que a própria presença desses colegas, mesmo desconhecidos, os fazem lembrar de seu trabalho. Em função disso, preferem manter contatos restritos com amigos íntimos e familiares. O processo de retraimento social e de intimização identificado nos participantes reduz o envolvimento em questões de interesse comum da sua categoria, o que mantém a idéia da responsabilização individual por reivindicações e conquistas que dizem respeito à classe.

**PALAVRAS-CHAVE:** Subjetividade; Contemporaneidade; Retraimento Social; Individualismo; Insensibilidade.

---

\* Acadêmica do Curso de Psicologia da UniFil.

\*\* Docente do Departamento de Psicologia da UniFil.



## ABSTRACT

The understanding of the process through which personal participation and public activities occurs in civil society may contribute to rescuing of people's involvement in community problems. The present research aims at seeking for the elements that may identify and understand the reasons for the teachers' lack of participation and occupation of social space in civil society and, especially, in their union. Another goal is to detect the mechanisms that lead them to an excessive individualism and withdrawal which reduces their feelings of solidarity and sensitivity to each other's needs. Forty-five private school teachers from the city of Londrina, Paraná participated by means of a semi-structured interview that was carried out at the place each participant had selected. The qualitative data analysis indicated that there is an invasion by work in their private sphere; their free time is set by their work hours; there is a reduction in life quality and a search for intimacy as a refuge from pressure and insecurity generated by the public sphere. Another relevant datum concerns their lack of interest in establishing contacts and new relations with their professional colleagues, since the very presence of such colleagues reminds them of work. For that reason, they prefer to keep strict relationships within their families and with close friends. The process of social withdrawal identified in the participants reduces their involvement in issues of common interest and keeps the idea of individual responsibility for claims and conquests related to their category.

**KEY-WORDS :** Subjectivity; Contemporaneity; Social Withdrawal; Individualism; Insensitivity.

## INTRODUÇÃO

A velocidade com que a tecnologia vem avançando e trazendo reflexos não só ao mundo do trabalho mas também a nível da qualidade das relações sociais, impõe a necessidade de se reverem alguns conceitos básicos, como a questão da sociedade e da ética. Isso porque o processo de globalização, avanço tecnológico, entre tantos outros aspectos que marcam a modernidade, trouxeram consequências bastante visíveis, como a reestruturação produtiva cuja automação e criação de softwares acarretaram uma elevação da taxa de desemprego no mundo.

A competitividade é, conforme DEJOURS (1999), o fundamental na guerra dentro do mundo do trabalho como um meio de excluir aqueles que não estão aptos ou preparados para ela, enquanto que, dos que estão "devidamente preparados, exigem-se desempenhos cada vez mais superiores em termos de produtividade, de disponibilidade, de disciplina e de abnegação" (p. 16).

Evidencia-se, portanto, a ênfase na eficácia, mas também o uso de si totalmente voltado para o trabalho, o que certamente afeta a identidade do ser trabalhador. Mas essa condição conduz ao que CASTEL (1998) denomina de desfiliação, uma vez que o tecido relacional dessas pessoas se acha fragilizado.

Construir nova identidade dentro de uma cultura individualista tal como a proposta ideológica da modernidade é premiar o individualismo através da crença e valorização de um ser moral independente e autônomo em detrimento da visão do outro ou da totalidade social. PEREIRA (1999) alerta que, ao se instituir a esfera da intimidade, uma das mais destacadas na modernidade, como espaço de proteção do homem da sociedade, este passa a aprisionar as pessoas em uma vida intimizada. Esta condição contribui para afastar as pessoas dos interesses voltados para a história coletiva, das relações de grupo e do compromisso social do cidadão.

GIDDENS (1996) e SENNETT (1998) afirmam que as relações sociais passaram também por uma profunda alteração. Para SENNETT toda e qualquer pessoa estranha é percebida como uma figura ameaçadora, causando sensação de incômodo e desprazer com sua presença. Isso certamente fragiliza os laços de associação e de compromissos mútuos necessários à ação coletiva e participação na vida pública e social.

O autor ainda faz uma crítica quanto à indefinição da atuação da Psicologia, caso ela não tenha clareza da dimensão e dos efeitos ocasionados por esse processo de intimização decorrente da privatização da psiquê. Tal condição, ao não estimulá-la, torna mais difícil às pessoas sentir ou exprimir sentimentos. Um grande número de pessoas atualmente demonstra um interesse acentuado exclusivamente em suas próprias vidas e nas condições particulares, enfraquecendo ou extinguindo a sua participação pública.

Nas palavras do autor: "A visão intimista é impulsionada na proporção em que domínio público é abandonado, por estar esvaziado" (P.26). Porém, se tal espaço está morto, as pessoas procurarão um terreno íntimo que em território alheio lhes é negado, afirma o autor.

Portanto, faz-se relevante compreender o processo através do qual a participação pessoal e em atividades de cunho público na própria sociedade civil poderia contribuir para ampliar as possibilidades voltadas ao resgate do envolvimento das pessoas com questões e problemas que afligem a coletividade. Este interesse reduziria a preocupação individualizada com o seu bem-estar pessoal e a descoberta de seu verdadeiro eu, uma vez que o interesse exclusivamente voltado para o sucesso profissional, o próprio prazer e competência profissional esvazia "o compromisso com o outro, com um projeto coletivo, com a competência social na solução das questões básicas que atingem a humanidade nesse final de século" (SANTOS, 1994, P.4 1).

Com a preocupação voltada à identificação de aspectos envolvidos nesse processo de retraimento social, a presente pesquisa teve como objetivos:

► Buscar elementos que possam fornecer compreensão sobre as razões pelas quais verifica-se falta de participação e ocupação do espaço social por parte dos professores, associados às áreas de lazer e recreação oferecidas pelo sindicato, que lhes garante o uso de seu tempo livre apenas em seu próprio benefício, além da disponibilização de recursos materiais, como sala de treinamento, vídeo, televisão, computadores, etc., para possibilitar um ganho extra, através de cursos a serem ministrados;

► Levar os professores a descrever e analisar a sua participação do ponto de vista político e psicossocial em atividades ao longo de sua vida, no sentido de constatar



as instâncias de comprometimento e envolvimento já ocorridas, comparando com sua participação atual no sentido de identificar a esfera da intimidade como mecanismo de proteção em relação à sociedade; e

► Procurar entender e detectar os mecanismos que possam subsidiar a visão individualizada em detrimento da visão coletivizada, bem como a falta e/ou inibição de participação na vida social e civil.

## METODOLOGIA

**População alvo:** 45 professores de 1º a 3º Grau de escolas particulares da cidade de Londrina, de ambos os sexos, predominantemente do sexo feminino (75%) e idade variando entre 21 a 50 anos. O grau de escolaridade varia de 2º. grau completo a mestrado. Quanto ao estado civil, 85% dos participantes são casados ou já foram casados, sendo pequeno o número de solteiros.

**Local:** O trabalho foi desenvolvido no local de trabalho do professor ou em sua residência.

**Materiais utilizados:** roteiro de entrevista semi-estruturada, gravador e fitas de áudio.

### Procedimento:

Ao todo foram contactados 83 professores, sendo que, destes, apenas 45 se dispuseram a participar desta pesquisa.

A composição dos participantes foi feita através de consulta pessoal e por telefone, mediante a lista de sindicalizados fornecida pelo sindicato, sobre o interesse em colaborar com a proposta da pesquisa. Obtido o seu consentimento, foi marcado o local de sua preferência para desenvolvimento da entrevista, que teve duração de 40 minutos.

Alguns dados fornecidos foram gravados em fita de áudio, após o consentimento do entrevistado sobre esta forma de registro. Porém, a maioria dos participantes preferiu que sua entrevista não fosse gravada.

Diante disso, procedeu-se ao registro dos fatos mais significativos, de modo a valorizar de forma mais uniforme as informações fornecidas, mantendo o contato visual e assumindo uma postura de acolhimento.

Após o término da entrevista, foi feita uma redação detalhada para garantir a riqueza dos dados fornecidos, bem como a sua fidedignidade.

Encerrada esta etapa de coleta de dados, iniciou-se a compilação dos dados para possibilitar a análise dos mesmos dentro de categorias específicas, ou seja: envolvimento político e social; vida associativa; trabalho e lazer no sindicato.

Embora alguns dados fossem analisados quantitativamente, em sua maioria eles foram foco de análise qualitativa, em função de determinadas peculiaridades que não poderiam ser desconsideradas.



## APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise dos dados nas categorias escolhidas aponta variações que merecem ser alvo de maior detalhamento, o que passaremos a apresentar.

### 1.1. ENVOLVIMENTO POLÍTICO E SOCIAL

Todos, unanimemente, acham muito importante esse tipo de envolvimento. A razão para isso é a possibilidade de se manterem informados, acompanhando o processo de evolução da sociedade. O fato de estarem informados facilita-lhes o desenvolvimento de reflexões críticas, de forma a evitar o processo de alienação social.

Apesar da importância relatada, consta que 40% deles preferem não se envolver, alegando falta de tempo, de interesse e por não gostar. Essa taxa elevada de professores não envolvidos, política e socialmente, está relacionada à percepção que eles detêm principalmente quanto ao envolvimento político.

A compreensão que eles têm sobre esse tema está vinculada à política institucional, tendo em vista citação sobre eleições, representação política, entre outras; razão porque suas respostas convergem para o desinteresse total, em função da descrença sobre a integridade das políticas e suas promessas.

O envolvimento para eles nessa questão contribuiria somente para a construção de um saber na escolha certa de seus representantes, capacitando-os a votar. Evidencia-se, portanto, que a questão na visão deles refere-se ao processo de politização, ou seja, à política institucional (MAAR, 1982).

Identificou-se também um elevado grau de insatisfação sobre a política institucional, devido à compressão dos políticos e também pelo fato dela constituir-se num instrumento para ludibriar o povo.

Esses dados confirmam o que MAAR (1982) afirma a respeito de uma companhia institucional insatisfatória. Para ele, a corrupção e a violência presentes conduzem a uma desmoralização da atividade política, ao mesmo tempo em que ocorre uma "inversão na valorização da atividade política na própria esfera institucional, em que ela deixa de ser um direito, passando a ser apenas um dever, uma responsabilidade"(p. 11-12).

O desconhecimento sobre a concepção de política é notório, uma vez que apenas 26% dos professores afirmam a possibilidade de engajar-se politicamente no seu cotidiano, pois ela está presente em todos os espaços psicossociais: casa, trabalho, lazer, relacionamentos sociais, etc, visando garantir não só o bem-estar pessoal, mas também os direitos pessoais.

Esses professores afirmam não haver necessidade de um "lôcus" específico para a ação política, tal como na política institucional. Valorizam a atuação do professor que trabalha seus alunos como formadores de opinião, em meio a diferenças individuais, evitando o processo de homogeneização humana.

Outros apontam que envolvem-se politicamente a todo momento, através da busca da conciliação de interesses com as pessoas de sua convivência social e da contínua busca pessoal de informação e conscientização sobre as questões político-sociais atuais.

Alguns professores sustentam uma visão individualista, coerente com o pensamento neo-liberal, na medida em que o seu envolvimento político-social oportuniza-lhes o bem-estar pessoal e ascensão profissional.

## 1.2. VIDA ASSOCIATIVA

A maioria dos entrevistados valoriza e considera extremamente importantes as atividades sociais na vida de uma pessoa, principalmente no que tange à possibilidade do indivíduo se viabilizar enquanto ser social. A convivência e interação com o outro são necessárias para sua própria sobrevivência e crescimento pessoal.

Assim, 52% responderam considerar importante envolver-se em atividades sociais, no sentido de buscar através do contato com o outro a valorização de si e do próximo. Além disso, entendem que a superação das próprias dificuldades far-se-ia pela troca de experiências, favorecendo com isso a ampliação de seus horizontes individuais e a aprendizagem de viver em grupos.

Porém, constatou-se que o discurso não condiz com suas ações efetivas no cotidiano, uma vez que 37,7%, diante do pouco tempo livre, preferem dedicar-se à família e amigos íntimos, dizendo se sentirem mais à vontade. Acredita-se que tais sentimentos devem-se ao fato da família constituir-se em um espaço de refúgio diante das pressões e tensões exercidas pelo mundo social.

SENNETT (1998), em sua discussão sobre o declínio do homem público na sociedade contemporânea, apontará a tendência à intimização e buscará entender as condições em que esta se dá.

Buscando um paralelo deste fenômeno com o que se observa na decadência do Império Romano, ele aponta a existência de um desequilíbrio entre vida pública e vida privada nos tempos modernos. Como no Império Romano, a vida pública também se tornou questão de obrigação formal. "A maioria dos cidadãos aborda suas negociações com o estado com um espírito de aquiescência resignada (...) [mas não só isto.] boas maneiras e intercâmbios rituais com estranhos são considerados, na melhor das hipóteses, como formais e áridos, e, no pior, como falsos. A própria pessoa estranha é figura ameaçadora e muito poucos podem sentir um grande prazer nesse mundo de estranhos: a cidade cosmopolita"(SENNETT, 1998, p. 15-36).

Ainda, segundo o autor, "atualmente a vida privada é mais valorizada do que a pública a ponto de acreditar-se no desvanecimento do eu (ou "fenesccência do que há de mais precioso e delicado na vida interior"). Se submetido a uma exposição, às duras realidades do mundo social, a essência melhor do eu só poderia florescer na medida em que fosse protegida e isolada na "intimidade", sinônimo, hoje, de calor, confiança e expressão aberta de sentimentos" (p. 16).

Além do fechamento em atividades familiares, constatou-se que 8,8% são obrigados a abrir mão do convívio social para atender suas prioridades profissionais, tais como: correção de provas, leituras e preparo de aulas, cursos de pós-graduação em nível de especialização e mestrado, redação de dissertações e teses. No entanto, 22,2% buscam isolamento em atividades individuais, tais como: natação, caminhadas, dormir, ouvir música, cinema, navegar na internet, entre outros. A manutenção de tais atividades reforça o individualismo em detrimento do compromisso social e da sensibilidade para



com as necessidades do outro. Passa-se, ao longo de um tempo, inclusive a banalizar o sofrimento e as injustiças sociais presentes na vida cotidiana (DEJOURS, 1999).

Convém ressaltar que apenas 6,6% compreenderam a importância das atividades sociais em suas vidas por um viés mais politizado. Destacam a extrema importância de estar contribuindo e posicionando-se socialmente. Isso poderia, na visão deles, conduzir a ações e movimentos coletivos de transformação social, evitando-os de empreenderem-se numa luta solidária, com reduzidas possibilidades de sucesso. O engajamento em debates e lutas coletivas enquanto um compromisso social dar-lhes-ia condições de cobrar ações sociais.

Esse envolvimento se constituiria num instrumento de aquisição de conhecimentos e transformação do indivíduo em sujeito. Essa condição é que vai lhes permitir o rompimento com o sistema social vigente.

### 1.3. TRABALHO E LAZER

Dos entrevistados, 62,2% não estão satisfeitos com o seu ganho mensal, ressentindo-se com a desvalorização da categoria expressa pelos salários recebidos. O elevado grau de responsabilidade por eles assumido, bem como o desgaste decorrente de suas atividades e preocupações diárias, não condizem com o seu ganho, principalmente quando se compara com outras categorias profissionais. Uma das razões disso é a invasão do trabalho sobre a esfera privada, já que a sua jornada de trabalho não se encerra na escola. Pelo fato da maioria dos participantes ser do sexo feminino, a dupla jornada de trabalho foi um dado mencionado para justificar sua baixa participação social e em atividades de lazer. Porém, deve-se lembrar que o privilégio da jornada dupla não é mais exclusivo das mulheres, pois cada vez mais homens e mulheres dividem as atividades profissionais e do lar (MEDEIROS E MENEZES, in CODO, 1999).

A divisão dos trabalhos domésticos e a coexistência do espaço público para ambos os sexos, aliada à nova constituição que destituiu do homem o papel de "cabeça do casal", exigem tanto dos homens quanto das mulheres um novo modelo de convivência.

Conforme MEDEIROS e MENEZES (in CODO, 1999, p. 258-9), "de um lado temos a demanda crescente para os afazeres da casa; de outro, as exigências do trabalho; no meio, o trabalhador com seus desejos, projetos, carências responsabilidades e sofrimento".

No caso da existência do conflito entre trabalho e família, percebe-se um aumento significativo dos fatores de exaustão emocional e despersonalização, componentes da síndrome de Burnout.

Como a existência de conflitos no trabalho é fato presente, torna-se imperativo o estabelecimento de uma outra lógica de convivência. Compreensão, respeito e reconhecimento são fundamentais e família existe e tem alternativas. Compreensão, respeito, reconhecimento, cooperação, divisão de tarefas e companheirismo caracterizam esta nova lógica de convivência; portanto, são fundamentais (MEDEIROS e MENEZES, in CODO, 1999).

Como a profissão exige a cada dia mais titulação, uma das possibilidades de aumentar seu ganho está atrelada ao investimento pessoal em programas de pós-graduação. Isso faz com que os professores sacrifiquem sua qualidade de vida às exigências de competência profissional instituídas por um mercado de trabalho. DEJOURS (1999) alerta para o fato de que, na atualidade, todo trabalhador precisa demonstrar a sua competência para permanecer no trabalho. Isso acarreta um estado de constante pressão e competitividade entre seus pares, debilitando-o física e emocionalmente.

Nesse sentido o trabalho, longe de cumprir sua função de ser um meio de realização pessoal e de confirmar sua identidade, representa estritamente um meio de garantia da sobrevivência e a instância de sofrimento psicológico (KILIMNIK, 1998).

Pelo fato da profissão exigir contínuo e permanente contato com pessoas (alunos, pais, colegas de trabalho, pessoal administrativo e acadêmico), o desgaste decorrente disso é denominado como Síndrome de Burnout, na qual se observa a resistência do educador em ensinar. Parecem preguiçosos, "mas não são capazes mesmo de se envolver ou emocionar pelo seu trabalho; estão, na verdade, doentes," defende CODO (1999, p. 237-8).

A Síndrome de Burnout foi definida a partir da década de 70 por um sentimento crônico de desânimo, apatia e despersonalização, que mostrou afetar principalmente os trabalhadores encarregados de cuidar: profissionais da educação e saúde, policiais e agentes penitenciários, entre outros.

Esta síndrome envolve três componentes:

- **Exaustão emocional** - situação em que os trabalhadores sentem que não podem dar mais de si mesmos em nível afetivo. Percebem esgotada a energia e os recursos emocionais próprios, devido ao contato diário com os problemas.
- **Despersonalização**: desenvolvimento de sentimentos e atividades negativas e de cinismo às pessoas destinatárias do trabalho (usuários/clientes) - endurecimento afetivo, "coisificação" da relação.
- **Falta de envolvimento pessoal no trabalho** - tendência de uma "evolução negativa" no trabalho, afetando a habilidade para realização do trabalho e o atendimento, ou contato com as pessoas usuárias do trabalho, bem como com a organização" (CODO, 1999, p. 238).

Para DE MASI (2000), o futuro pertence a quem souber libertar-se da idéia tradicional do trabalho como obrigação e dever e for capaz de apostar numa mistura de atividades, onde o trabalho se confundirá com o tempo livre, com o aprendizado e com o jogo. Enfim, o futuro será de quem exercitar o "ócio criativo".

Admitindo ter adoecido por hiperatividade, o autor não prega, entretanto, a indolência, mas o bom aproveitamento do tempo livre, a forma de não desperdiçá-lo. Para ele, a criatividade brota da síntese da esfera racional (conhecimentos e habilidades) com a esfera emotiva (opinião, comportamentos, emoções e sentimentos) e da articulação do consciente com o inconsciente. Ela consiste em um processo mental e prático, graças ao qual uma pessoa ou grupo, depois de ter pensado algumas idéias novas e fantasiosas, consegue também realizá-las concretamente. Trata-se de uma síntese entre duas habilidades: a fantasia e a concretude.





O que se observa junto aos entrevistados é que, longe de se aproximar do ócio criativo pós-moderno, o que eles fazem é entrar em uma corrida individualista e competitiva onde quem ganha é quem se sacrifica mais. Assim, detectamos na pesquisa que, em relação ao grau de satisfação quanto à renda salarial, 48,8% não estão satisfeitos, imputando seu descontentamento ao excesso de responsabilidade no trabalho e a necessidade constante de investimento profissional como educador. Destes, 13,3% mostram-se conformados em comparação com uma situação pior em que se encontram alguns de seus colegas. Diante disso, compreende-se o porquê da não utilização da sala de apoio logístico, apesar de terem conhecimento da sua existência.

DE MASI (2000) defende, ainda, que o nosso problema atualmente não está na ausência de tempo livre, mas na falta de "talento" para utilizá-lo. Ao longo da sociedade industrial, a valorização do corpo na realização de atividades foi a regra. A consequência disso é, conforme o autor, desenvolvermos um corpo grande e uma cabeça pequena.

Porém, afirma ele que "nos próximos séculos, reduziremos o corpo e expandiremos a cabeça" (p.14).

Por séculos, o ócio foi considerado o pai de todos os vícios e até hoje a palavra evoca uma série de significados negativos: mandria, preguiça, debilidade, acídia, negligência, improdutividade e desocupação. Portanto, no nosso universo lingüístico, à palavra ócio são associadas predominantemente omissões (inutilidade, indolência, desaproveitamento, indiferença) ou ações reprováveis (vagabundagem, dissipação, alheamento, incúria, apatia)"(p. 303).

Diante disso, cabe-nos perguntar: os dados encontrados junto aos professores de escolas particulares provêm de uma contingência financeira e física, ou de uma inabilidade para o ócio criativo? Não dispõem de tempo livre ou não reconhecem o seu direito a ele?

Em coerência com a concepção católica que elege a preguiça como um dos sete pecados capitais e que elege a vida de trabalho como a possibilidade de expiação dos pecados em Terra, apontará ainda DE MASI (2000) que tanto a educação familiar como a escolástica foram destinadas quase que exclusivamente à preparação do jovem para o trabalho.

Em muitas escolas, os horários são estressantes e a competitividade não conhece limites, de modo a preparar os alunos exclusivamente para a vida profissional eficiente, sem qualquer ênfase sobre a importância do lazer, dos afetos familiares e da liberdade de pensamento.

Ainda segundo o autor, a isso se deve somar o fato de que tanto os horários como os ritmos de trabalho são estabelecidos pelos empresários ou pelos gerentes, que ocupam postos nos vértices da empresa. "Desempenhando um trabalho mais motivador e mais criativo, nunca procuraram se colocar na condição psicológica dos seus empregados condenados a tarefas tediosas, estúpidas e mal pagas. Não conseguem entender sequer o desinteresse deles pelo trabalho, considerando-os desleixados ou parasitas, além de considerar medíocres e falidos todos os que ousam preterir a luta pelo lucro e pelo poder, privilegiando os afetos e as alegrias familiares, pessoais ou com os amigos" (p.304).



É assim que vemos junto ao relato de alguns professores a informação da existência de contratos de trabalho diferenciados entre eles, bem como a exigência da instituição para que assumam mais aulas se quiserem ser promovidos e garantirem seu lugar ali. Outros, informam o fato da instituição exigir-lhes busca de capacitação sem qualquer dispensa de sua carga horária contratual, tampouco qualquer apoio financeiro, transferindo esta responsabilidade integral e individualmente a eles, sem levar em conta benefícios que a própria instituição teria com essa capacitação. Com tudo isso, o espaço voltado para o lazer é algo que se configura de forma debilitada e aparentemente prescindível.

Aqueles que buscam lazer (37,7%) apontaram a preferência por outros lugares ao invés do sindicato, pela comodidade da distância menor e, até mesmo, por sentirem que tal espaço ficaria contaminado com as questões do trabalho. De fato, a maioria (48,8%) não usufrui do espaço; destes, (22,2%) usufruem ocasionalmente, apenas nas férias e (26,6%) não usufruem por falta de tempo. Outros (20%) desconhecem o motivo porque não usufruem, não demonstrando indícios de reflexão sobre isso.

Convém ressaltar que esses dados indicam que não há consciência enquanto classe ou categoria de trabalho e que o fato de não usufruir desse espaço vai enfraquecendo, gradativamente, as relações com o sindicato e apagando a consciência de classe.

Além disso, como a competência é algo imprescindível e, portanto, buscada incessantemente pelos professores, há redução automática de sua participação na esfera pública, a não ser via trabalho. A consequência disso se faz refletir na limitação e no distanciamento dos modos de viabilizarem projetos que envolvam questões sociais que afetam a coletividade.

Não só a política de classe como a própria classe se enfraquecem, o que favorece e oportuniza um espaço para expressão de habilidades pessoais inéditas. O bairrismo e a autonomia local estão se tornando credos políticos de amplo espectro, como se as experiências das relações de poder tivessem mais sentido humano quanto mais intimista for a escala - mesmo que as estruturas efetivas de poder cresçam cada vez mais na direção de um sistema internacional (SENNETT, 1998).

## CONCLUSÕES

Diante todos esses dados faz-se interessante observar que, a respeito da liderança sindical estar empenhada em criar oportunidades que favoreçam a solidariedade, a sensibilidade às necessidades de seus pares e o estreitamento dos laços sociais, uma vez que elas podem facilitar o desenvolvimento de uma consciência da categoria profissional a que pertencem os professores, isso não ocorre. Talvez os meios utilizados reproduzam o individualismo utilitarista que se observa no âmbito das relações sociais mais amplas. Certamente, tal reprodução dificulta a promoção do espírito de classe, do convívio social e, por consequência, do envolvimento em movimentos a favor do bem-estar coletivo da classe.

Embora o número de associados tenha aumentado na atual gestão, este aumento infelizmente não está relacionado à consciência de classe. A afiliação sindical tem ainda uma conotação de órgão protetor nos aspectos legais que regem as relações de trabalho.



O sindicato é visto como um órgão normatizador, regulador e fiscalizador dos direitos de seus membros. Não é sentido como algo que pertença a eles, mas sim como um órgão protetor, distante e abstrato, sobre o qual são delegadas e posteriormente cobradas ações em sua defesa.

Além disso, a maioria dos entrevistados aponta como primeiro elemento motivador de sua adesão ao sindicato benefícios pessoais, tais como: convênios com supermercados, livrarias e outros estabelecimentos, o uso de seus recursos físicos e materiais orientações legais sobre direitos no trabalho, entre outros.

O espaço que o sindicato mantém para que possa ser totalmente utilizado por seus integrantes é rejeitado pelas seguintes razões:

- a) localização distante;
- b) preferência por clubes recreativos dos quais são associados; e
- c) preferência por manter-se em grupos fechados de amigos e familiares em função de partilharem experiências comuns.

Convém ressaltar que sobre este último ítem ficou evidente o desinteresse total de formarem novas relações com seus colegas profissionais por "não quererem aproximar-se de qualquer coisa que os faça lembrar de seu trabalho" (sic).

Depreende-se daí o processo de alienação e de intimização presente nos professores participantes deste trabalho, o que contribui para a manutenção do individualismo.

SENNETT (1998, p.412), alerta para as tiranias da intimidade, uma vez que: *"A intimidade é um terreno de visão e uma expectativa de relações humanas. É a localização da experiência humana, de tal modo que aquilo que está próximo às circunstâncias imediatas de vida se torna dominante. Quanto mais regras de localização, mais as pessoas procuram detectar; ou pressionam-se mutuamente para despojar das barreiras dos costumes, das boas maneiras e do gestual que se interpõem no caminho da franqueza e da abertura mútuas. A expectativa é de que quando as relações são chegadas, elas sejam calorosas, é uma espécie intensa de sociabilidade que as pessoas buscam ter, tentando remover as barreiras do contato íntimo, mas essa expectativa é frustrada pelo ato. Quanto mais chegadas são as pessoas, menos sociáveis, mais dolorosas, mais fratricidas serão nas relações."*







## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da relação social**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CODO, W. e Sampaio, J.J. **O sofrimento psíquico nas organizações**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CODO, W. (Coord.) **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DEMASI, Dominico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DEJOURS, Christopher. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Unesp, 1996.
- KILIMNIK, E.M. Trabalhar em tempos de "Fim dos Empregos". **Psicologia, Ciência e Profissão**. Ano 18, n.2, 1998.
- MAAR, Wolfgang. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PEREIRA, Magali Cecili Surjus. O mundo contemporâneo: compromisso de psicólogos com a definição de uma estética da vida social. In: SILVEIRA, Andrea F. et al. **Cidadania e participação social**. Porto Alegre: Abrapsosul, 1999.
- SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Formar psicólogo para quê? **Psicologia, Ciência e Profissão**, [S.I.], ano 14, n. 1, 2 e 3, 1994.
- SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.